

DIÁLOGO CRISTÃO-JUDAICO NO BRASIL

P. Frederico Laufer, S.J.

Nos últimos dias de outubro de 1978, os jornais publicaram uma notícia surpreendente e altamente simpática a muçulmanos, judeus e cristãos. Trata-se da idéia do presidente do Egito, Anwar Sadat de, caso o Sinai voltasse ao Egito, em virtude do tratado de paz entre seu país e Israel, erigir nesse monte histórico três templos ao Senhor do céu e da terra, que ali se revelou e ali promulgou para a humanidade a sua lei básica, o Decálogo. Seriam uma sinagoga israelita, uma igreja cristã e uma mesquita muçulmana, representando as três religiões monoteístas, para as quais a revelação do Sinai representa um marco fundamental e comum. Para ser o representante do Cristianismo, o presidente Sadat convidava o Papa João Paulo II.

Num clima espiritual que faz brotar tais iniciativas, é preciso ampliar os horizontes ecumênicos, incluindo neles não somente o diálogo entre as Igrejas cristãs, mas também o diálogo dos Cristãos com os Judeus e os Muçulmanos.

A partir da fundação do Movimento Sionista que levou à cria-

ção do Estado de Israel e desde o "Ano Santo da Redenção" de 1933, o diálogo judeu-cristão entrou numa nova fase. Não foi por causa do jubileu do 19º centenário da Redenção de Jesus Cristo que isto aconteceu, mas, por uma dessas ironias da História, por motivo da subida de Hitler ao poder, em janeiro daquele mesmo ano de 1933. Iniciou-se então uma perseguição tal aos judeus, que suas conseqüências haveriam de fazer estremecer a vida desse povo, de uma forma inaudita e também de conduzir os cristãos a um auto questionamento mais profundo, sobre suas relações com o povo de Israel.

Os excessos de violência, cometidos por esse novo Aman do século XX (cf. Livro de Ester), a serviço dos "mitos" do sangue e da raça, patentearam o absurdo de um anti-semitismo enlouquecido. A reação universal contra os crimes que desencadeou, deram origem a uma nova atitude e a um amplo diálogo entre judeus e cristãos. Frutos dessa nova atitude são a Declaração do Concílio Vaticano II "Nova Aetate", as comissões oficiais e as organizações parti-

culares que promovem esse diálogo. Dentre essas muitas iniciativas colocamos em relevo aqui a entidade brasileira "Conselho de Fraternidade Cristão-Judaico" (CFCJ), sediada em São Paulo.

— O conselho publica um órgão oficial, denominado "Encontro" (1). Nele o CFCJ publicou a sua "Carta de Princípios", comunicando "como nasceu", "o que é", "o que não é", "o que pretende", "o que faz" e "como se articula"(2). Fruto do idealismo de um punhado de pessoas esclarecidas e generosas ele partiu da idéia de que o homem, imagem viva de Deus, é detentor de direitos inalienáveis e merecedor de todo respeito, independentemente de sua raça, crença e condição social". Desde o mês de dezembro de 1961 realizou reuniões em casas de famílias. "É uma convivência em clima de diálogo existencial, no respeito e no amor recíprocos, de pessoas de diferentes credos religiosos, convergindo para os mesmos ideais superiores da compreensão e da tolerância, da justiça e da liberdade, da solidariedade e da paz". Juridicamente, é uma sociedade civil sem intuito de lucro.

Se incluímos o diálogo cristão-judaico entre os movimentos ecumênicos, estamos conscientes de que aplicamos um conceito mais amplo de ecumenismo. O sentido restrito desse termo se refere às Igrejas cristãs e sua busca de unidade

eclesiástica. Ao passo que a "carta de Princípios" do CFCJ coloca os fundamentos desse diálogo sobre o homem como tal, imagem de Deus, ou seja sobre a natureza humana, vista na luz e na fé da Bíblia do Antigo Testamento. Um conceito de diálogo ecumênico, portanto, de certa forma neó-vetero-testamentário.

Desejamos apresentar alguns livros, escritos por membros dessa "Fraternidade" e que correspondem às finalidades humanísticas, culturais e religiosas da entidade. Visam promover o conhecimento mútuo e o entendimento de Cristãos e Judeus, ligados entre si e, paradoxalmente, divididos pela mesma pessoa: o maior dos Judeus, o fundador dos Cristãos, Jesus de Nazaré.

O Padre Humberto Porto, natural de Maceió e pertencente ao Clero de São Paulo, onde exerceu o ministério na capela das Irmãs de Na. Sra. de Sião, escreveu dois livros básicos sobre a "Fraternidade Cristã-Judáica"(3). No primeiro oferece uma visão histórica do relacionamento cristão-judáico através dos séculos, e no segundo insiste na justificativa do diálogo cristão-judáico no momento excepcional do nosso tempo.

Não se pode tentar um novo diálogo entre as duas religiões, sem ter lido a "materialidade dos fatos históricos" anteriores, no relacionamento cristão-judaico, para daí, então, eluci-

dar a sua "significação. É o que o autor faz. Termina o último capítulo falando da "nossa atual tarefa". Neste empreendimento guia-o a convicção de ser "a marcha civilizacional..., apesar de descontinua,... trabalhada por um dinamismo ascensional"; e quando ela toma "direções aberrantes, como se viu nos dias do nazismo", deve "pagar pesado tributo aos erros e maldades"(p.9).

Após ter percorrido rapidamente os séculos (pp. 15-70) e ter dedicado página e meia à "explosão nazista", demora mais no principal capítulo VII: "Os tempos modernos e as novas condições de diálogo" (pp. 75-117). "As novas condições" foram criadas pelos fatos seguintes: a condenação do anti-semitismo, a fundação do Estado de Israel, esforços judaicos de reaproximação, o movimento de Renovação Bíblica, o Ecumenismo Cristão, a Declaração "Nostra Aetate" do Vaticano II, e a Viagem de Paulo VI a Terra Santa.

Ao concluir com o capítulo "A nossa atual tarefa", o autor não aponta para o diálogo religioso-teológico entre Judeus e Cristãos, mas para "a perfeita validade do diálogo entre homens de diferentes crenças e religiões, ideologias e convicções pessoais" (p. 123), um diálogo a serviço comum da "realização humana", formando um "clima de verdadeira fraternidade entre os homens" desta civi-

lização técnica. É preciso "superar a agressividade inata, as desconfianças e o inveterado gosto pelas discórdias, a fim de encorajar o espírito de amizade, de colaboração e de convivência fraterna" (p. 124); sem esta transformação espiritual a transformação técnica iria levar a desgraças cada vez maiores.

No 2º volume Humberto Porto desce mais profundamente para "as bases doutrinárias que alicerçam uma vida de fraterna convivência entre cristãos e judeus" (p.11). Qualifica o opúsculo de "despretencioso ensaio, situado entre o compêndio reflexivo e o manual de ação". Podemos congratular-nos com o autor por nos ter dado um livrinho seguro para um assunto tão envolvido pelo mistério da Divina Providência, como é a continuação de Israel, em constante tensão com a Igreja de Cristo. A ambos o mesmo Deus da verdade e do amor deu os seus mandamentos.

O livro é uma digna "homenagem ao Conselho de Faternidade Cristão-Judaico" de São Paulo, pela passagem do seu 1º decênio de existência (1962-1972) (p.5).

Na 1ª parte consegue demonstrar a necessidade do diálogo espiritual-religioso no contexto social-histórico da atualidade, continuando as palavras finais do 1º livrinho. O mundo já vive a unidade, mas a vive no pluralismo religioso e na cons-

ciência da liberdade religiosa. Como poderia salvar-se da auto-destruição senão através do diálogo sincero? A 2ª parte apresenta o "Patrimônio espiritual comum" do Judaísmo e do Cristianismo, dentro do qual se encontra "o maior mandamento", do amor a Deus e ao próximo.

A 3ª parte desenvolve em 5 capítulos "temas nucleares"; são as divergências entre Israel e a Igreja: a pessoa de Jesus de Nazaré, o Messianismo, o mistério da Cruz, o enraizamento da Igreja no meio judaico e a continuação simultânea dos dois "Povos de Deus". É nestas exposições que o autor procura desfazer equívocos e idéias erradas que inutilmente envenenaram as relações entre Judeus e Cristãos, de acordo com a Declaração "Nostra Aetate". No cap. final "A dialética Israel-Igreja" procura elucidar aquele "tema nuclear", que mais dificuldade provocou e ainda provoca entre ambos: a Igreja não pode deixar de crer que os judeus são chamados a aderir a Jesus Cristo, mas também deve saber que não cabe a ela marcar horas e tempos, nem de julgar os outros, duas coisas que Deus reservou a si. "Perdura entre judeus e cristãos uma enigmática comunidade de destino e uma enorme corresponsabilidade no plano salvífico universal. Por trás dessa dialética esconde-se o mistério da divina liberdade misericordiosa

que quer fazer de todos os povos um só povo "a fim de que todos invoquem o nome do Senhor e o sirvam num mesmo espírito de zelo" (Sof. 3,9) (p. 196).

Nos dois opúsculos encontram-se valiosas indicações bibliográficas.

II. Como um israelita de hoje encara o Cristianismo.

Outro membro do CFCJ de São Paulo, de fé israelita, escreveu no mesmo ano de 1971 um livro sobre "Raízes e Origens judaicas do Cristianismo"(4). É o jornalista Hugo Schlesinger.

Dedica o seu trabalho "aos homens que possuem a coragem de procurar a verdade". "Hoje, nos tempos de franca comunicação, nos tempos de diálogo e ecumenismo — deve ser dita uma palavra franca. Ela desvenderá mistérios, esclarecerá dúvidas e lembrará fatos que valem ser postos em evidência", assim escreve o autor na introdução (p.9). Confessa que "a preparação deste livro foi uma tarefa fascinante. Pesquisar e analisar fatos históricos, sobre a qual (sic!) silencia geralmente a história da civilização — tornou-se normal nos dias de hoje. Penetrar no setor comparativo das religiões parecia-me como acender uma lâmpada, numa imensa escuridão, criada por densas nuvens" (ib.). Mais: "Este livro — o relato

de um jornalista — e não de um teólogo, tem a preocupação de chamar a atenção sobre um fato óbvio, sobre o qual ninguém tem a coragem de procurar e revelar a verdade".

Hugo Schlesinger menciona as suas "atividades no Conselho de Fraternidades Cristão-Judaica e os contatos com homens "pra frente" da Igreja"; destina o livro "a todas as camadas de leitores", inclusive a "sacerdotes que devem revelar a verdade aos crentes" (p. 10). Indica alguns nomes de padres, que serviram de fonte cristã e como fonte principal as "publicações do "Center for Biblical and Jewish Studies" de Londres". Outra bibliografia não ocorre a não ser às vezes dentro do texto.

Curiosos pelos anúncios surpreendentes da palavra introdutória começamos a ler os 12 capítulos, como vinham: "Jesus de Nazaré, Saulo de Tarso, Os Padres da Igreja, Mudanças nas Tradições e nas Práticas, o Novo Testamento e os Judeus, Pactos: o Antigo e o Novo, do Sábado ao Domingo, Sentido da Bênção no Judaísmo e no Cristianismo, A Sinagoga e a Igreja, O que passou da Liturgia Judaica à Liturgia Cristã, Origem Judaica das Festas Cristãs, Raízes Judaicas da Música e da Arte Cristãs".

O autor praticamente apresenta duas teses ou afirmações fundamentais, uma sobre a fundação do Cristianismo e a outra

sobre os elementos judaicos dentro da Igreja cristã.

Em relação à segunda tese o cristão não terá objeção de peso, nem seria verdadeiro cristão quem não incluísse em sua fé todo o Antigo Testamento, a caminhada de Deus com seu povo escolhido, os Judeus. A primeira parte, porém, sobre o nascimento do Cristianismo equivale à negação do Cristianismo; ele não seria nada mais do que uma aberração do Judaísmo.

Sendo que Hugo Schlesinger nos confronta, dessa forma, com o próprio cerne da divergência entre judeus e cristãos, e com todo o enorme acervo de conseqüências daí resultantes, deveria uma resposta cristã desenvolver aqui quase toda a sua teologia. Citaremos, pois, apenas umas afirmações decisivas do autor para responder com algumas perguntas. Não seja ataque e defesa, senão diálogo entre duas convicções com o objetivo sincero de atingir melhor a realidade.

Jesus era judeu, viveu e morreu como tal. Certo. E a ressurreição? Ela não existe. "Duas forças psíquicas... deram origem à crença na ressurreição: a grande personalidade de Jesus que impressionou vivamente a gente simples"... e o transcendentalismo em que viviam aquelas pessoas simples" (p. 19). Schlesinger fala "de visões arrebatedoras" e de "tecer estórias de Jesus, andando sobre as

águas, da transfiguração na Montanha, e finalmente sua ascensão aos céus". "O homem Jesus é o ponto que podemos desenterrar do amontoado de lendas, mitos e dogmas, sob o qual está sepultado no NT" (p.28).

E Saulo de Tarso? "Acreditando ter visto Jesus em visões... imaginava que Deus houvesse firmado um novo pacto" (p. 25.26). O autor e seus inspiradores partem do princípio de que toda a transformação do Judaísmo para o Cristianismo é obra de homens alucinados, com o dom de grande imaginação, como Saulo; introduziram a filosofia grega e gnóstica no Judaísmo, fazendo em torno de Jesus o Cristianismo. "Os fazedores da doutrina da Igreja Cristã conseguiram pôr na boca de Jesus, 100 anos após a morte, quando forjaram uma história da sua vida. Eles criaram um mito" (p. 29). Que Deus pudessem ter feito uma obra nova através de João Batista, de Jesus de Nazaré, dos Apóstolos e de Paulo, como o tem feito no tempo de Abraão, de Moisés e dos Profetas, nem aflora ao pensamento como uma possibilidade a ser considerada. O céu para Schlesinger é o "nebuloso reino das ilhas gregas" (p. 30).

Teríamos três séries de perguntas a Hugo Schlesinger: 1) Onde estão as provas reais para estas afirmações que desclassificam integralmente o NT? Será

que o discernimento daqueles homens judeus do início do cristianismo e toda a ciência cristã posterior não valem mais que isto? Críticas aos Evangelhos e à vida de Jesus como essas, aliás, não são novas. Há mais de duzentos anos que são movidas aos Evangelhos, sem terem podido atingir o objetivo visado. 2) Porque essa rejeição absoluta do cumprimento das Profecias do Judaísmo, por uma nova obra divina, na linha anunciada desde Abraão, que iria abençoar também os gregos e todas as nações? O Deus todo poderoso de Israel só poderia ter operado em Abraão e Moisés, depois nunca mais, unicamente para não dar um passo além do Judaísmo? Não seria infidelidade de Deus, mas exatamente o contrário, fidelidade, como se anuncia desde as primeiras páginas do NT, pela boca de Zacarias, Maria e o velho Simeão. 3) Se os acontecimentos do NT, historicamente tão próximos a nós, são apenas "lendas, mitos, dogmas", o que serão as histórias referentes a Abraão e Moisés, inclusive à revelação de Deus no Sinai? Também, "lendas", "estórias", "visões imaginárias"? Porque não? Terminaria, assim, toda a pretensão de uma "Revelação de Deus", de "um povo eleito" e de uma humanidade redimida em marcha a um Reino de Deus.

A busca da verdade, o diálogo cristão-judaico deve conti-

nuar, com oração e amor, principalmente cumprindo nós todos os mandamentos do amor a Deus sobre todas as coisas e do próximo como a nós mesmos.

Outro livro que permite um contato direto com o Judaísmo, foi publicado no Rio de Janeiro em 1973: a **Mishná**, em tradução brasileira (5). Não aparece uma ligação editorial com o CFCJ; entra, contudo, no tema do diálogo cristão-judaico no Brasil, por ser um instrumento para se conhecer um texto essencial "do judaísmo talmúdico".

Após uma palavra do editor M.M. segue um "Intróito", um "Glossário dos termos hebraicos usados no texto" (pp. XIII-XIX), um "Prefácio" do Dr. Henrique Lemle, Grão-Rabino da Associação Israelita do Rio de Janeiro e uma Introdução elucidativa sobre "o que é Mishna"?, traduzida da obra inglesa "Mishná, the Oral-Teaching of Judaism" de Eugene J. Lipman.

"A Mishná — que começou a ser elaborada após a destruição de Jerusalém por Tito, é uma compilação de leis orais judaicas, organizada em 6 ordens principais (em hebraico chamadas "sedarim"), a saber:

1) "Sementes" (leis para agricultura), 2. "Festas", 3. "Mulheres" (casamento e família), 4. "Danos" (legislação civil e criminal), 5. "Oferendas Sagradas (culto), 6. "Purificações" (ritual, impureza-pureza) (p.5).

A redação — segundo esta Introdução — foi concluída an-

tes do ano 200. A Mishná é a primeira parte do Talmude; é uma "seleção de textos, elaborados pelos sábios judeus na época em que nascia o cristianismo e os judeus se dispersavam pelo mundo" (texto da capa). O editor atribue à Mishná nada menos que a sobrevivência dos judeus no mundo: "à custa da diluição do judaísmo, Paulo de Tarso divulgava-o no mundo (na forma do cristianismo). Sob o risco da auto-marginalização dos judeus, Hilel, e Shamaí e Akiba (redatores principais) restringiam-no, para que os judeus sobrevivessem como nação, mesmo carentes do Estado" (p. VIII). "O Talmude mantinha os judeus coesos".

A nossa tradução apresenta cerca de 10-12 textos para cada uma das 6 ordens, com uma introdução a cada ordem e pequenas notas a cada texto (pp. 16-204). As notas são tiradas de comentadores mais antigos, principalmente dos séculos XV e XVII.

III. Duas obras históricas

P. Humberto Porto e Hugo Schlesinger estudaram, numa obra elaborada em comum, as atitudes dos Papas em relação aos Judeus(6). (Não deixa de ser interessante, e merece ser anotado neste momento, que Hugo Schlesinger nasceu no mesmo ano e na mesma terra -Polônia - do Papa atual, João Paulo II). Esta "abordagem his-

tórica" atravessa todos os séculos, desde "as origens cristãs e os primeiros chefes da Igreja", até João XXIII e os nossos tempos pós-conciliares. O resultado? "A conduta dos Papas para com os Judeus apresenta, através da história, as mais diversas e desencontradas características, variando de pessoa a pessoa e segundo as circunstâncias do tempo" (p. 12). Os autores não pretendem fazer novas pesquisas científicas, mas trazer para a nossa literatura o fruto de obras alhures já publicadas, e isto, "numa redução sintética", contendo "informações precisas" assim que daí resultasse "um pequeno manual bem documentado e útil".

As 4 partes abrangem: "A Antiguidade Cristã" (até 681)", "A Idade Média (681-1447)", "Os Tempos Modernos (1447-1789)", "A Era Contemporânea (1789-1973)". Três apêndices (pp. 261-280) contêm "uma lista das mais importantes bulas emitidas por Papas, com referência aos judeus" (86 números), uma "Coletânea de Textos Pontifícios" breves (14 textos), e a "série completa dos Romanos Pontífices" em ordem cronológica. No fim de cada um dos 13 capítulos há notas de bibliografia sobre a respectiva época, que demonstram largueza de informação e conscienciosidade dos autores. Sendo embora história dos Papas, envolve, contudo, devido ao múnus universal dos Pontífices, acontecimentos de todo o orbe cristão.

Não era fácil avaliar com objetividade as variações dessa história, carregada em alguns tempos de tanta emotividade, suspeitas e incertezas. Basta ler o parágrafo sobre Pio XII (pp. 237-244) para perceber a dificuldade de atingir um conhecimento objetivo e abrangente da realidade e para apreciar o esforço honesto dos autores por uma justa apresentação. Se o conseguiram sempre e em toda a parte, não nos atrevemos a julgar. Os elementos causadores de sentimentos anti-semitas são múltiplos; parece mesmo impossível levantar a todos do subconsciente da história para a luz do sol científico. Só Deus sabe tudo. Ele fez deste povo israelita o instrumento da sua **revelação, numa história que terminará somente no fim dos tempos.**

Continuando os seus estudos históricos, o P. Humberto Porto publicou outro livro: "**Judeus e Cristãos**"(7). O título é bastante geral. De que trata realmente? A primeira frase da "Introdução" o diz: "Áspera foi a batalha intelectual travada entre judeus e cristãos nos primórdios de nossa era. Historicamente inelutável, ela se efetivou em nível apologético-teológico" (p.7). É, pois, um trabalho sobre um aspecto da história da teologia e da Patrologia. O autor examina os "escritores cristãos do período que decorre entre a segunda metade do século I e a primeira do século VI. Foi no decurso

desse anos de intensa polêmica religiosa que a teologia cristã do judaísmo tomou corpo e se cristalizou em sistema" (ib.).

As três partes do estudo correspondem ao desenvolvimento lógico e cronológico da problemática:

I. "A experiência amalgamadora judeu-cristã: o judeu-cristianismo" (literatura apócrifa, Padres Apostólicos, Escritos comunitários) (pp. 13-56).

II. "O Posicionamento crítico judaico: o anti-cristianismo judaico" (concorrência proselitista, animosidade rabínica, Mishna, Talmude, perseguição anti-cristã) (pp. 57-81).

III. "A sistematização teológica cristã: teologia cristã anti-judaica" (Apologistas, Padres da Escola Alexandrina, Antioquena, os grandes Doutores até João Damasceno (+ 754) e Isidoro de Sevilha (+ 636) (pp. 83-156).

As pp. 157-190 são dedicadas a "apêndices": 1) um quadro sin-cronístico de dados da história geral política com dados da história judaica e cristã; 2) uma seleção de textos patrísticos, referentes a judeus e judaizantes, de Clemente Romano até S. Agostinho (pp. 167-172); 3) sugestões bibliográficas para cada capítulo; 4) um glossário, explicando para leitores menos familiarizados com a teologia patrística os termos específicos, de "adocionismo" até "Torá".

O assunto menos conhecido a um estudante comum de teo-

logia encontra-se provavelmente na 2ª parte. Mas ela é relativamente curta e geral, caracterizando mais a evolução do que historiando-a concretamente. O livro não é um manual escolar ou de pesquisa científica, mas destinado a um público leitor mais amplo, por um autor que "se dedicou durante largo tempo ao apostolado radiofônico e é ainda hoje colaborador assíduo de jornais e revistas... em torno de assuntos cristãos-judaicos. (capa) Expõe como os bispos e teólogos lutavam, pregavam, escreviam e se referiam também aos judeus, presentes em todas as cidades maiores da época. Cita frases de sermões e indica detalhes. Não se deve, pois, buscar no opúsculo uma sistematização da doutrina teológica das duas religiões.

IV. O grave problema do Anti-semitismo.

Uma das obras mais importantes dos dois autores, irmãos em favor da Fraternidade cristã-judaica, é sem dúvida a sua "Anatomia do Anti-Semitismo"(8).

O livro é de peso. Os autores estão conscientes da vastidão do assunto. A linguagem é vigorosa e expressiva a terminologia. A apresentação da capa já fala da "verdadeira multitorba de ângulos", sob os quais deve ser visto este fenômeno histórico. Também a escolha da palavra "Anatomia" para o título

evoca a imagem do clínico, debruçado sobre um organismo vivo, cuja fibração, canalizações, funções, atuações e reações parecem inumeráveis, impossíveis de serem todas desvendadas e identificadas. No "Prólogo" revelam a intenção de analisar "este insidioso fenômeno em todas as direções" e de "não deixar encoberta e desconhecida nenhuma das suas grandes peças" (p.5). Dispõem-se a "discutir todas as facetas desse Anti-semitismo que é um "juízo irracional", para cuja existência cooperaram "lendas, mitos, fábulas de excepcional polivalência significativa" (p.7).

Querem desincumbir-se da sua tarefa numa atitude "de ponta a ponta derrubadamente ecumênica, no sentido mais dilatado e construtivo que se possa conferir a este termo". A base é o homem em si mesmo. "A nossa fidelidade ao homem tem de superar todas as intolerâncias mesquinhas e todos os exclusivismos tribais" (p.6). Estão convencidos de que isto coincide também com "o objetivo fundamental do Judaísmo" que "consiste em chegar ao shabbat da história... à formação de uma humanidade livre e feliz" (segundo Moisés Hesse, p. 6).

A "Bibliografia" (pp. 299-306) abrange 176 títulos, geralmente obras recentes, posteriores a 1933, com algumas de data mais antiga.

O assunto é desenvolvido em 4 partes:

I. "Articulação temática" (pp. 11-88), que procura focalizar a "múltipla face" do conceito "Anti-semitismo", abordando-o a partir do próprio termo, do "horizonte psicanalítico", da "indagação psico-sociológica, da "abordagem comunicacional" e da "análise ideológica". "Com esse esforço de aproximação teórica visamos a desvelar-lhe as raízes mais profundas que se escondem por debaixo das camadas ilusórias das aparências" (p. 88).

II. "Processo histórico" (pp. 89-183). Assistimos em 10 capítulos ao desenvolvimento do Anti-semitismo, a partir dos seus "precursores", na instalação dos hebreus em Canaã (séc. XI a VII a.C.), até o "Genocídio Cultural na União Soviética".

III. "Discussão da Problemática" (pp. 185-234). Os 3 capítulos tratam: 1. "Origem cristã do Anti-semitismo", 2. "A Instância de Mitos e Fatos lendários", 3. "A Ideologia Anti-sionista".

IV. "Reações Contrárias" (pp. 235-298). É a história das iniciativas modernas para superar o Anti-semitismo. "O processo parece ter deslanchado nos meios intelectuais cristãos", com Charles Péguy, Léon Bloy, Jacques Maritain. "Após a 2ª Guerra Mundial multiplicaram-se no mundo inteiro as declarações públicas de organismos civis e religiosos de âmbito in-

ternacional, condenando o Anti-semitismo e proclamando a igualdade fundamental de direitos de todos os homens" (p. 246). O Concílio Vaticano II trouxe "a grande revisão" na Igreja Católica, pela Declaração "Nostra Aetate".

No Apêndice (pp. 267-298) podem ler-se 9 "Documentos", entre os quais os "10 Pontos de Seelisberg" (1947), explicações sobre "os Protocolos dos Sábios de Sião" e principalmente a Carta Pastoral do Episcopado Francês, com "Orientações" que põem em prática as diretrizes da Declaração "Nostra Aetate".

É evidente a intenção dos autores de convencer a todos da absurdidade e injustiça do Anti-semitismo, como da necessidade de ele desaparecer do mundo o mais rapidamente possível. Como não louvar os esforços na busca da paz social, à base da justiça e dos direitos humanos, proclamados pela ONU em 1948, exatamente no mesmo ano da criação do Estado de Israel. Pio XII lutou durante todo o seu Pontificado sob a luz do lema "Opus Justitiae Pax". E Paulo VI, no fim do Ano Santo de 1975, não encontrou melhor formulação da tarefa comum da humanidade até o advento do novo milênio, 2.000 da nossa Era, senão esta "Criemos a Civilização do Amor".

Mas como o livro "Anatomia do Anti-semitismo" distribue as responsabilidades pela existên-

cia desse fenômeno, de suas causas? Após a leitura fica no espírito uma impressão singular: sabem-se muitas coisas, mas não se tem ainda a explicação do Anti-semitismo, de seu porquê. Porque é que ele surgiu? Porque é tão complexo e durou tantos séculos ou milênios? Porque apareceu em situações culturais, políticas e econômicas tão diversas: antes de Cristo, no paganismo, no islamismo, no ateísmo moderno, nos tempos cristãos, variando entre períodos e países diversos, com tempos de perseguição e de paz? Como explicar tal pertinácia indestrutível através de toda a história, se seus "elementos mais válidos e seguros" são apenas "uma simples opinião subjetiva sem qualquer fundamentação real e lógica nos fatos" (p. 20), "um impulso passional cego de enorme e imprevisível poder destrutivo" (p. 21), "uma espécie de neurose fóbica" (p. 23), "uma expressão de maniqueísmo social" (p. 26)? Se "Anti-semitismo" (ou mais exatamente "Anti-judaísmo": pp. 14-16) fôr unicamente fobia, neurose e irracionalismo cego e atroz, recaí a culpa exclusivamente sobre os neuróticos anti-semitas, principalmente os cristãos, que "não conhecem os judeus" (Péguy)? Os judeus são meramente vítimas inocentes, cordeiros imolados em "holocausto"? Será que basta tal explicação?

De fato, ao iniciar a 3ª parte, "Discussão da Problemática",

no capítulo "Origem cristã do Anti-semitismo", escrevem os autores o seguinte: "Não como historiadores, nem como psicólogos, mas simplesmente como homens nós não nos podemos questionar sobre este ponto, sem que fiquemos reduzidos a um silêncio feito de vergonha e de culpa. E não ousemos argumentar moralmente, dizendo que os judeus também foram culpados; nem historicamente, tentando explicar tudo pelas condições da época; nem teologicamente, distinguindo a Igreja hierárquica da sociedade sacral; nem politicamente com razões de oportunismo prático e social. Todos esses pretextos apologéticos devem ser postos de lado se queremos encarar de frente a problemática do anti-semitismo" (p. 189).

Não fica dessa forma globalmente excluída a busca de uma causa do anti-semitismo que pudesse estar também do lado dos Judeus? Tal atitude pode ser muito generosa, mas será ela histórica e teologicamente objetiva, científica?

O peso da culpa é colocado sobre os ombros dos cristãos, sobre o ensino cristão normal, sobre a teologia patrística, com um acento especial sobre S. João Crisóstomo, homem de uma consciência moral vivíssima, que morreu no exílio, quase mártir, não por censurar os judeus, é claro, mas os cristãos da corte imperial. A tese da "origem cristã do Anti-

semitismo" que responsabiliza os cristãos, inclusive pelas atrocidades de Hitler, é defendida por Jules Isaac (Paris 1956, e 1962; cf. p. 190 ss, e p. 302, nº79; modificada por outros, é no nosso livro submetida a um "discernimento crítico". Tendo analisado os argumentos pró e contra, os nossos autores confessam, que o assunto "constitui matéria ambígua", assim que "continuamos a contar com a persistente dificuldade de determinação das responsabilidades históricas" (p. 197).

É o que por ora se deve dizer. Assim nos parece. A lição que devemos tirar do passado remoto e próximo do Anti-semitismo, é o esforço comum de cristãos, judeus e dos homens em geral para eliminar da convivência humana este flagelo social. Fazer julgamentos e querer lançar as culpas exclusivamente sobre uma parte é suspeito e provoca facilmente o contrário da paz que se procura. Ainda não estamos na fase de julgar; devemos primeiro estudar, compreender, nos entender melhor, aprofundar a reflexão teológica. Talvez fosse este o pensamento dos autores também, ao excluírem a admissibilidade de "pretextos apologéticos". Se até agora os anti-semitas deram a culpa aos judeus, se por outro lado Pio XI e o Vaticano II condenaram o Anti-Semitismo como atitude anti-cristã, segue-se que o próximo passo deverá ser o de estudo, compreensão, diálogo,

com a intenção de reconhecer e corrigir os erros, para se chegar a uma paz mais profunda. Ecu-menismo, reconciliação e pacifi-cação só podem progredir no caminho da vigilância de cada um sobre si mesmo, da prática da justiça, da verdade e carida-de, exigências supremas do Deus de Israel e da Igreja.

O fim visado, porém, não po-de ser apenas "a humanidade livre e feliz", senão a realização da vontade completa de Deus, o Reino de Deus na terra. "Venha a nós o vosso Reino, seja feita a vossa vontade, assim na terra como no céu". A humanidade não vive de si, mas do Criador, agora no tempo, depois ainda mais na eternidade. A verdade e a justiça exigem que o homem reconheça e ame esta sua rela-ção creatural com Deus, a qual, então, se transforma, progredin-do para a vida do supremo e beatificante amor da união com Deus. Esta caminhada do ho-mem individual e da humanida-de só pode ser feita no respeito da "liberdade de consciência" de cada homem dentro da so-ciedade. O que Deus reconhece ao homem, este não o pode negar ao seu irmão.

O P. Humberto Porto e Hugo Schlesinger publicaram ainda outros opúsculos, dentro da co-leção "Estudos", editada pelo CFCJ. É apresentada como uma série" que tem por objetivo aprofundar e transmitir análises, reflexões e comentários relati-

vos a temas de permanente inte-resse no campo de relações inter-religiosas e humanas. Pre-tende oferecer a sua contribui-ção para o incentivo do diálogo franco e adulto entre homens de diferentes credos e culturas. visa a eficaz aproximação de todos os que se preocupam com os ideais da construção de um mundo fraterno, guiado pelo espírito de justiça humana, de paz construtiva e de amor uni-versal". Assim lemos na capa do Nr. 4 da coleção, que é um estudo de H. Schlesinger sobre o "Pai Nosso", "uma prece judai-ca de alcance universal"(9).

Lendo essas frases que in-corporam o ideal da Fraternida-de Cristã-Judaica, não podemos deixar de sentir-nos como no "advento", isto é, no tempo das muitas religiões, que veneram a Deus e buscam um mundo fra-terno, de justiça e paz. Nas Igre-jas Cristãs cremos que a mais plena manifestação de Deus se operou em Jesus Cristo, filho de Israel e seu Messias, no qual o Deus de Abraão abençoou to-das as nações da terra, dando-lhes, na pessoa dele, o maior e mesmo o único construtor ple-namente autorizado do mundo fraterno dos homens. Os cris-tãos tem o primeiro dever de com Ele cooperar, promovendo essa fraternidade universal.

V. "Jesus era Judeu"

Eis o título do livro mais re-cente dos dois incansáveis es-critores da "Fraternidade

Cristã-Judaica" de São Paulo (14).

Alguém poderia estranhar que esse título reafirme simplesmente uma verdade de todos já conhecida. Ou será que ainda existem pessoas, com algum conhecimento de Jesus, que ignorem ter ele nascido e vivido na Palestina e ter sido judeu? No decurso da elaboração desse escrito empreguei, referindo-o a Jesus, o título de ser ele "o maior dos Judeus e o fundador do Cristianismo" e, no entanto, quando escrevi isto, não me chegara ainda às mãos este livro. Minha afirmação, porém, nada encerrava de original pois representa a persuasão geral e comum de todos os cristãos que por isto também dão à Palestina o nome de "Terra Santa".

E, contudo, os autores sabem porque é preciso acentuar esta verdade. E, isto, tanto em relação aos cristãos, como em relação aos próprios judeus. Pois, de um lado, há cristãos que, de suas leituras do Novo Testamento, só apreenderam a hostilidade de que Jesus foi vítima. O que pode, sem dúvida, predispor a certo preconceito que, a ser confirmado por referências negativas sobre os judeus em fatos sociais, econômicos, políticos ou culturais históricos, podem congregar e redundar em atitudes preconcebidas e até hostis. Mas nenhum cristão pode esquecer que o próprio Jesus era judeu. E, com Jesus, também Maria, José, Pedro,

Paulo, João, todos os apóstolos e todos os primeiros seguidores de Jesus, os primeiros cristãos. Já por esta razão o cristão não pode nutrir qualquer prevenção infundada e generalizada sobre o povo judeu, como tal. Da forma como a religião cristã pode, ao invés, constituir-se em fundamento de um apreço real e profundo pela estirpe judaica é exemplo, só para citar "um santo de casa", Inácio de Loyola. Na Espanha, do seu tempo, tinham sido expulsos os judeus, reinavam profundos ressentimentos anti-judaicos e ele mesmo, antes de sua conversão, participava desses comuns sentimentos anti-semitas. Convertido a Jesus Cristo, modificou profundamente seu modo de pensar, também neste ponto, chegando a lamentar não ser de estirpe judaica, para ser mais semelhante a Jesus e estar ligado a ele também por laços de sangue.

Mas o título quer igualmente lembrar aos judeus que Jesus foi de sua raça, membro do seu povo, descendente de Davi, um deles. É verdade que no tempo de Jesus as autoridades religiosas de Israel o condenaram, mas muitos judeus a ele aderiram e judeus foram todos seus primeiros seguidores. Nos séculos seguintes também Jesus foi silenciado ou, em continuação do gesto das antigas autoridades de Israel, rejeitado e condenado. Mas recentemente são sempre mais numerosos os ju-

deus que o descobrem como um dos seus irmãos, um dos mais extraordinários personagens brotado de seu povo, e até como um dos seus profetas, embora sem aderir à fé cristã.

Os dois autores de "Jesus era Judeu" apresentam a vida de Jesus, tencionando focalizar esse aspecto da "judaicidade" de Jesus, a sua inserção no povo e na religião judaica. E nesse intento utilizam as descobertas das "últimas décadas", relativas ao "Jesus histórico", pesquisas essas que tiveram como consequência "uma humanização da figura de Jesus" e possibilitam um conhecimento maior das "características nitidamente judaicas de sua vida" (Prólogo, p. 5).

Um grande merecimento do livro consiste no fato de trazer ao nosso conhecimento a "nova imagem judaica" de Jesus (pp. 242-279), que se vem formando "no judaísmo contemporâneo, onde um tabu de séculos está sendo derrubado, descobrindo-se em Jesus o irmão que sempre pertenceu a este povo" (p. 6).

O livro não quer "dar origem à polêmica", mas, pelo contrário, fazer do "Jesus judeu" "o ponto importante de encontro e a base sólida de um diálogo inter-religioso, tão imperioso em nossos dias" (p. 6).

Parece que Hugo Schlesinger, editando esta obra em cooperação com o Pe. Porto, por todos esses estudos feitos, ul-

trapassou aqui notavelmente a posição que tinha assumido oito anos antes, no livro acima recensado. A presente obra significa um testemunho vivo do diálogo cristão-judaico em andamento progressivo, tanto dos próprios autores entre si, como pelo novo material que nos oferecem da literatura contemporânea judaica sobre Jesus.

A obra está dividida em três partes, cada uma com três capítulos. Na primeira parte, "Contexto Geral" (pp. 9-51) abre-se uma "visão panorâmica" sobre a terra da Palestina, a Judéia e da cidade santa de Jerusalém. É recordado "o momento histórico" do aparecimento de Jesus, bem como, seus "traços pessoais".

A 2ª parte, "Retrospecto histórico" (pp. 53-188), desenvolve a vida de Jesus, sua "Infância e Juventude", sua "Atividade Pública" e trata também dos "Últimos acontecimentos". Ao falar do "sepultamento" os autores apresentam como resultado dos estudos sobre a Santa Síndone de Turim a conclusão de que ela "não foi obra de um falsário, mas realmente envolveu o corpo de um homem crucificado, que, no estado atual das pesquisas, não pode ser outro senão aquele Jesus dos evangelhos" (p. 188). Em catorze linhas alude-se à visita das mulheres ao sepulcro no dia da Ressurreição.

Na terceira parte, os autores empreendem uma "Abordagem

temática" (pp. 189-281) nos 3 capítulos "Antigos testemunhos Judaicos" (Flávio Josefo e a tradição rabínica), "Perspectiva dos Evangelhos" (Sinóticos e São João) e a já citada "Nova imagem judaica". Segue um "Glossário" (pp. 283-285) e uma "Bibliografia" relativa a todo o tema (pp. 286-290).

O que o leitor cristão apreciará neste livro não será a vida histórica de Jesus, segundo a melhor ciência cristã atual; para este fim encontrará outras obras de especialistas em história e exegese. Interessam o fundo judaico da vida de Jesus e principalmente, na terceira parte, os "antigos testemunhos judaicos" sobre Jesus e a "nova imagem" que hoje formam sobre a sua figura.

Confirma-se que as referências sobre Jesus, na antiga tradição rabínica, eram "escassas e apenas ocasionais". Estes textos admitem, porém, plenamente a sua historicidade e a sua qualidade de judeu, embora o considerem "um transgressor das leis" que "burlava as palavras dos sábios" e os interpretava "de maneira extremamente pessoal e autoritativa". Passagens do Talmude o tem por um "praticante de feitiçaria que foi crucificado, como falso mestre e sedutor às vésperas da Páscoa" (p. 198).

Circulavam escritos medie-

vais sobre Jesus que historiadores judeus posteriores e atuais qualificaram de "desprezível compilação", "texto miserável, compilado à base de fragmentos literários" (201). Não podem, contudo, ficar fora de consideração, quando se buscam causas do anti-semitismo. Como entre católicos e protestantes devemos riscar muitas passagens escritas sobre Lutero, respectivamente sobre os Jesuítas, assim tais textos sobre Jesus ou contra os Judeus não devem mais envenenar o diálogo ecumênico.

Tanto mais animador para esse diálogo é a "nova imagem" de Jesus, que se está difundindo no povo de Israel, um processo histórico de excepcional significado, como vem relatado no último capítulo. No período do Iluminismo e da tolerância começou-se a esboçar uma tendência entre Judeus pensadores de apreciar em Jesus as suas altas virtudes. Ao precursor Moisés Mendelssohn (1729-1786) seguiram outros no século 19 e 20, historiadores e também romancistas, até os professores atuais da Universidade hebráica de Jerusalém, nomes como Martin Buber e David Flusser. "A importância religiosa de Jesus para os Judeus está inextricavelmente condicionada à afirmação de sua identidade judaica. Este parece ser o único ângulo possível de acesso a Jesus" (p. 242). Daí o título da obra.

VI. Novo clima de diálogo cristão-judaico.

Ao finalizar este relatório sobre escritos brasileiros do diálogo cristão-judaico, sentimos o desejo de localizar a parcela brasileira dentro do panorama mais universal da Igreja e de Israel. Ao menos alguns fatos, conhecidos por uns, desconhecidos por outros, sejam registrados à maneira de conclusão que retoma palavras da introdução para as completar.

As declarações do Vaticano II sobre liberdade religiosa e sobre o relacionamento com as religiões não-cristãs, a Encíclica de Paulo VI sobre o diálogo, sua visita à Terra Santa, a criação do Estado de Israel, com suas Universidades, e o fato de se operar nesse Estado, alguma mudança de atitude espiritual em relação a Jesus de Nazaré, são acontecimentos novos, muito positivos, na direção de um Ecumenismo mais amplo.

No Israel atual há um número maior de Judeus que lêem o Novo Testamento do que nos séculos anteriores; nos últimos 38 anos publicaram-se mais livros sobre Jesus de Nazaré do que nos dois mil anos anteriores. Revistas podem ostentar títulos como este: "Israelitas descobrem o Profeta de Nazaré". Geoffrey Wigoder, Professor na Universidade hebraica de Jerusalém, escreveu na "The Jerusalem Post" aos 24/12/1975, — às vésperas, pois, do Natal

cristão —: "Conversamos hoje uns com os outros (judeus com cristãos) numa abertura, compreensão e com objetivos comuns tais, que ainda há pouco tempo nem podíamos sonhar"(10).

Quando Paulo VI, após a grande revisão do Cristianismo, feita pelo Concílio, visitou os "Lugares Santos", encontrando-se em Jerusalém com o Patriarca Atenágoras de Constantinopla, podiam-se perceber os prenúncios de um novo porvir espiritual, um "aggiornamento", algo do "Novo Pentecostes", desejado por João XXIII. Não tem outra finalidade a fundação do Instituto Ecumênico de Jerusalém, concebido naquela ocasião e realizado depois pelo Papa em união com outras Igrejas cristãs.

"Conselhos de Fraternidade Cristã-Judaica" não surgiram somente em São Paulo, mas em diversos países do mundo e em plano internacional. Após contatos preparatórios entre a Cúria Romana e expoentes de Associações hebraicas, decidiu-se em Roma, numa reunião de 20 a 22 de dezembro de 1970, a fundação de uma "Comissão Internacional de ligação entre a Igreja Católica e o Hebraísmo". Os seus membros são nomeados, de um lado, pelo "International Jewish Committee for Interreligious Consultations" e, de outro lado, pelo Papa, segundo proposta do Cardeal Presidente do "Secretariado para a União dos

Cristãos". Na 4ª sessão anual dessa Comissão, realizada em Roma no mês de janeiro de 1975, Paulo VI a recebeu em audiência.

Nessa ocasião o Papa já lhe pode falar de mais outra iniciativa na mesma linha. A 22 de outubro de 1974 ele criou no Vaticano duas novas Comissões, uma "para as relações com o Hebraísmo", e outra "para as relações religiosas com o Islam". A primeira, sob a presidência do Cardeal Jan Willebrands, foi agregada ao "Secretariado para a União dos Cristãos"; a segunda, conduzida pelo Cardeal Sérgio Pignedoli, é um órgão pertencente ao "Secretariado para os Não-Cristãos". A Comissão para as relações com o Hebraísmo publicou a 1/12/1974 "Orientações e Sugestões"(11), dando execução à Declaração "Nostra Aetate" do Vaticano II. P. Humberto Porto é consultor dessa Comissão do Vaticano.

Aos 12 de março de 1979 "João Paulo II recebeu em audiência o Presidente e os Representantes das Organizações mundiais Judaicas que se encontravam em Roma a fim de tomar contato com a Comissão para as Relações Religiosas com os Judeus"(12). O Papa atual afirmou querer seguir as pegadas de Pio XII e Paulo VI em favor do povo judaico e do diálogo espiritual fraterno. "Reconhecemos com a maior clareza que a senda que devemos

percorrer com a comunidade religiosa judaica é a senda do diálogo fraterno e da colaboração frutuosa". O Papa aceitou a insistência deles que "os cristãos devem procurar adquirir melhor conhecimento dos elementos basilares da tradição religiosa do Judaísmo; devem procurar aprender quais os traços essenciais que definem os Judeus à luz da sua própria experiência religiosa", como repetiu a rejeição de "quaisquer formas de anti-semitismo e discriminação".

O numeroso grupo de representantes de muitas Comissões Judaicas nacionais e internacionais estava sendo presidido por Philip M. Klutznick, Presidente do "Congresso Mundial Judaico", de Chicago, acompanhado, entre outros, pelo Rabino Ronald B. Sobel, Presidente da Comissão Internacional Judaica para Consultas Interreligiosas, de Nova York e o Sr. Gregório Faigon, Presidente do Congresso Judaico Latino-americano, de Buenos Aires.

Que o diálogo cristão-judaico (humano, religioso, teológico), assim inaugurado, não será fácil, é convicção dos entendidos. Exige grandes esforços de humildade, boa vontade e penetração espiritual, de ambas as partes.

Um discurso maravilhoso, pronunciado por ocasião do 10º aniversário da Declaração "Nostra Aetate" do Vaticano II o pode demonstrar. A Comissão

Católica-Judaica, da qual acabamos de falar, teve naquela ocasião a sua assembléia em Jerusalém, de 1-3 de março de 1976. Coube a conferência principal ao Rabino Henry Siegman, Vice-Presidente executivo do "Sinagogue Council of America"(USA), que falou sobre "10 anos de relações católico-judaicas" (13). O discurso teve notável repercussão nas revistas especializadas, por parecer como que o termômetro desse relacionamento. Num espírito de amor e grande sensibilidade pronunciavam-se ali as afirmações, os prós e os contras, as mudanças substanciais positivas e contudo ainda nada transparente de soluções para as antigas questões. "Os últimos 10 anos nos ensinaram que estamos enxergando o diálogo sob dois pontos de vista diferentes; somos como dois navios que durante a noite estão cruzando nas suas rotas um passando

pelo outro".

Lembra o Anti-semitismo como criação e responsabilidade cristãs e compreende que "a Igreja se encontra diante de uma tarefa gigantesca, porque toda a sua vida teológica está também hoje ligada com um povo que rejeitou a Jesus e continua fazendo-o ainda hoje. Como a gente se quiser girar e virar, os Evangelhos permanecem uma fonte importante de Anti-semitismo". "Contudo, a aproximação de Cristãos e Judeus, como vem traçada na "Nostra Aetate", nas "Diretrizes" e também neste nosso encontro de Jerusalém, é algo que nunca existiu até agora. Será tarde? Começará um novo período da história? A possibilidade de influirmos juntos na formação do futuro, confere ao nosso empreendimento uma urgência e importância extraordinária" (p. 11).

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. **ENCONTRO.** Órgão oficial do Conselho de Fraternidade Cristão-Judaico. Redação e Secretaria: Rua Martim Francisco, 748 — casa 01, 01226, Vila Buarque, São Paulo. — Até 1978 apareceram 15 Nrs.
2. Encontro Nr. 12, 1974, pp. 3-5.
3. PORTO, Pe. Humberto: **A Fraternidade Cristã-Judaica. I. Sua história.** 127 pp., 12,5 x 18,5 cm, Ed. Conselho de Fraternidade Cristão-Judaico, São Paulo 1971.
II. Sua Justificativa. 201 pp., 12,5 x 18,5 cm, São Paulo 1972.
4. SCHLESINGER, Hugo: **Raízes e Origens Judaicas do Cristianismo.** 126 pp., 12,5 x 18,5 cm, Editora B'nai B'rith, São Paulo 1971.

5. **Mishná, essência do judaísmo talmúdico.** XXVI e 204 pp., 13,5 x 20 cm, Editora Documentário, Rio de Janeiro 1973. Copyright da B'nei B'rith; Distribuição exclusiva da Editora Vozes de Petrópolis.
Traduzida por Maria Murray, Marly Droge, Sílvia Morgenstern e Thêa Sequerra.
6. SCHLESINGER, Hugo e PORTO, Pe. Humberto: **Os Papas e os Judeus.** Uma abordagem histórica. 280 pp., 13,5 x 21 cm, Editora Vozes, Petrópolis 1973.
7. PORTO, Pe. Humberto: **Judeus e Cristãos.** 190 pp., 14 x 21 cm, Edições Loyola, São Paulo 1976.
8. SCHLESINGER, Hugo e PORTO, Pe. Humberto: **Anatomia do Anti-semitismo.** 310 pp., 14 x 21 cm, Edições Loyola, São Paulo 1975.
9. SCHLESINGER, Hugo: **"Pai Nosso"**, uma prece judaica de alcance universal. 24 pp., 15 x 21 cm, Coleção "Estudos" Nr. 4, Publicação do Conselho de Fraternidade Cristão-Judaica. (sem data).
10. Citado por Laurenz Volken, Prof. de teologia na Faculdade da Abadia de Monte Sião em Jerusalém, em "Weltbild", Augsburg, edição 5/7/1976.
11. cf. SEDOC, Junho 1975, 1227-1235.
12. **Osservatore Romano**, Edição semanal portug., 1/4/79.
13. Texto original em inglês: **Journal of Ecum. Studies**, Temple University, 1978, Nr. 2, pp. 243-260. (USA)
Lemos o texto na tradução alemã do "**Freiburger Rundbrief**, Beitrage zur christlich-jüdischen Begegnung", 28(1976), Nr. 105/108, pp. 3-11.
Esta revista é exclusivamente dedicada ao diálogo cristão-judaico. Nasceu na Alemanha, imediatamente depois da Guerra, 1948, "em continuação das atividades caritativas dos anos de perseguição", por incumbência do Arcebispo Dr. Conrad Groeber e do "Deutsche Caritas-Verband" de Friburgo. Conscientes de que "no tempo de Hitler foram perseguidos, pela primeira vez, os Judeus e os Cristãos conjuntamente, pretendiam publicar "uma correspondência que documentasse e tratasse, por informações e esclarecimentos, o relacionamento cristão-judaico". Tornou-se, assim, esta revista um instrumento importante desse diálogo e um verdadeiro arquivo dele.
14. SCHLESINGER, Hugo; PORTO, Humberto: **Jesus era Judeu**, pp. 293; cm 14 x 21; ed. Paulinas, São Paulo, 1979.